



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2024-0139
BI-2024-0138

1 – Dados da inspeção

Data: 30/10/2024 **Hora:** 9h35 **Tipo:** Ação direta

Âmbito: Regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente – Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Paulo Pires

Outros inspetores da IRA: Luís Machado

Diligências realizadas:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2024/A, de 21 de outubro, no âmbito da campanha de inspeções a instalações abrangidas pelo regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto. De modo a garantir a presença e disponibilidade de interlocutor habilitado a prestar os esclarecimentos necessários, a inspeção foi previamente comunicada ao operador. O operador fez-se representar pelo comercial/distribuidor e pela escriturária do estabelecimento, os quais forneceram os esclarecimentos necessários, facultaram acesso à documentação relevante e acompanharam a visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com toda a legislação aplicável.

2 – Estabelecimento inspecionado

2.1 – Operador

Firma: Pirotecnia Oleirense – Fogos de Artifício, Lda **NIPC:** 503643297

Sede: Pinheiros Novos

Código Postal: 6160-428 **Freguesia:** Oleiros - Amieira

Concelho: Oleiros **Distrito:** Castelo Branco

2.2 – Estabelecimento inspecionado

2.2.1 – Dados gerais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Nome: Pirotecnia Oleirense

Endereço: Cascalheira do Feijão, Canada do Bacharel

Código Postal: 9600-000

Freguesia: Rabo de Peixe

Concelho: Ribeira Grande

Ilha: São Miguel

Atividade: 93294 – Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.

Outras atividades: 20510 – Fabricação de explosivos e artigos de pirotecnia

Período de funcionamento Dias úteis das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00, em regime intermitente.

Licenciamento da atividade: Alvará n.º 15/2018, emitido pela Direção Nacional da PSP para armazenamento de explosivos (publicado no DR 2.ª Série, n.º 136, de 17/07/2018)

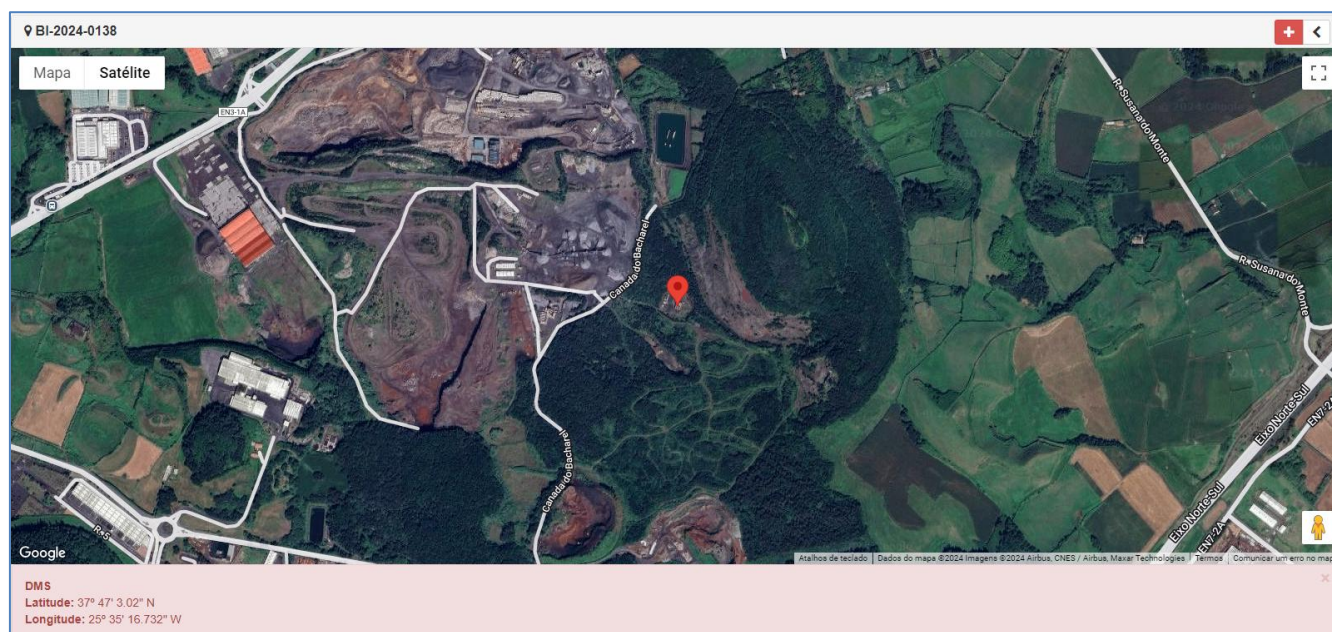


Figura 2.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2.2.2 – Enquadramento no regime de prevenção de acidentes graves

Substâncias perigosas potencialmente presentes no estabelecimento ^{a)}:

Identificação da substância perigosa	Categoria (parte I, anexo I, DL 150/2015)	Substância Designada (parte II, anexo I, DL 150/2015)	Quantidade máxima (t)
Artigos de divertimento / fogos de artifício	P1a – explosivos, divisão 1.1		1,8
Artigos de divertimento / fogos de artifício	P1a – explosivos, divisão 1.3		21
Artigos de divertimento / fogos de artifício	P2a – explosivos, divisão 1.4		

^{a)} Apenas são mencionadas as substâncias relevantes para efeitos do anexo I do DL 150/2015.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Início de atividade: antes de 2015 **Enquadramento no DL 150/2015:** Estabelecimento existente - al. f) art. 3.º

Classificação quanto à perigosidade: Estabelecimento de nível inferior

À data da inspeção encontravam-se armazenados na instalação 939,949 kg de matéria ativa da divisão de risco 1.1 e 624,22 kg de matéria ativa da divisão de risco 1.3. Os produtos da divisão de risco 1.4, armazenados nas mesmas células dos produtos da divisão 1.3, são contabilizados como pertencendo a esta divisão de risco.

Atividades exercidas, relacionadas com substâncias perigosas:

Atividade	Descrição sumária da atividade
Receção de substâncias perigosas	Os produtos são recebidos no estabelecimento em contentor de transporte marítimo, acondicionados nas respetivas embalagens de transporte. As embalagens são descarregadas manualmente para as células do paiol. São recebidos dois a três contentores por ano.
Armazenagem de substâncias perigosas	Os produtos são armazenados num paiol composto por seis células (A, B, C, D, E, F), cada uma com 6 x 3 x 2 m. Cada célula do paiol pode armazenar, nos termos do alvará de licenciamento, 300 kg de matéria ativa da divisão de risco 1.1 ou 3500 kg das divisões 1.3 e 1.4.
Utilização / transformação de substâncias perigosas	Os produtos armazenados destinam-se a ser expedidos sem qualquer transformação. Apenas são retiradas as embalagens de venda das embalagens de transporte.
Expedição de substâncias perigosas	Os produtos de venda livre são entregues ao cliente nas instalações da empresa sitas no Pico d'Água Park, a cerca de 2 km do paiol. Os restantes produtos são entregues pela empresa nas instalações do cliente.
Operação e manutenção de infraestruturas e equipamentos	Alguns trabalhos de manutenção das instalações, tais como o controlo da vedação, da vegetação e das placas de sinalização são realizados pelos dois trabalhadores da empresa. Para outros trabalhos de manutenção ou reparação são contratados prestadores de serviços externos.

Outros aspetos relevantes para a verificação dos requisitos legais aplicáveis:

Aspeto	Sim	Não	Observações
a) O estabelecimento integra um grupo de efeito dominó?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
b) Foi introduzida (ou está prevista) alguma alteração ao inventário de substâncias perigosas (tipo ou quantidades)?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	a)
c) Foi introduzida (ou está prevista) alguma alteração ao estabelecimento que possa configurar uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
d) Foi efetuado (ou está previsto) o encerramento definitivo ou a desativação do estabelecimento (total ou parcial)?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

Observações: a) O operador informou que nunca atingiu as quantidades máximas que está autorizado a armazenar no paiol, ficando sempre abaixo do limiar das 10 t, que é o valor a partir do qual são aplicáveis os requisitos para estabelecimento de nível inferior. Por esse motivo, manifestou intenção de alterar o inventário da quantidade



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

máxima de substâncias perigosas a armazenar, para valores abaixo dos limiares da coluna 2, parte 1, do anexo I do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

3 – Instrumentos de prevenção – nível inferior ou nível superior

3.1 – Dever de comunicação

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de novo estabelecimento enviou à autoridade ambiental uma comunicação contendo os elementos previstos no anexo II do Decreto-Lei n.º 150/2015, previamente ao início da construção ou de alteração que implique a modificação de inventário?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador de outro estabelecimento enviou à autoridade ambiental uma comunicação contendo os elementos previstos no anexo II do Decreto-Lei n.º 150/2015, no prazo de seis meses a contar da data em que o estabelecimento passou a estar abrangido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador atualizou a comunicação previamente a alguma das seguintes situações? <ul style="list-style-type: none">Alteração substancial do estabelecimento, com implicações na alteração da informação constante da comunicação anterior;Alteração da classificação das substâncias perigosas presentes, sempre que implique uma alteração do enquadramento do estabelecimento (nível inferior para superior ou vice-versa);Alteração do nome ou denominação social do operador ou do endereço do estabelecimento;Alteração da sede social e endereço do operador;Alteração do responsável do estabelecimento.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) O operador comunicou previamente o encerramento definitivo ou a desativação do estabelecimento, apresentando uma declaração que ateste a data a partir da qual deixa de haver substâncias perigosas no estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Observações: A última atualização foi efetuada através do formulário DACAA-NS/2024/006, de 28/10/2024. A atualização teve como objetivo alterar o inventário das substâncias armazenadas no estabelecimento para valores inferiores ao limiar de aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 150/20215, de 5 de agosto. No entanto, até que ocorra a alteração ou averbamento do alvará de licenciamento, as quantidades máximas passíveis de serem armazenadas no estabelecimento são as mesmas previstas inicialmente.

3.2 – Política de prevenção de acidentes graves

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador definiu uma política de prevenção de acidentes graves, que consta de documento escrito?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
b) A política de prevenção de acidentes graves é proporcional ao perigo de acidentes graves e inclui os aspetos seguintes? <ul style="list-style-type: none">• Objetivos e princípios de ação gerais fixados pelo operador, nomeadamente a garantia de um nível elevado de proteção da saúde humana e do ambiente;• O papel e a responsabilidade da gestão de topo;• O empenho na melhoria contínua do controlo dos perigos de acidentes graves.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) A política de prevenção de acidentes graves foi revista e, se necessário, atualizada de cinco em cinco anos?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) A política de prevenção de acidentes graves foi revista e, se necessário, atualizada na sequência da introdução de uma alteração substancial no estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Observações: A política de prevenção de acidentes graves (PPAG) constava de documento escrito, assinado pela gerência, com data de 30/10/2023. Encontrava-se disponível para consulta no site da empresa (www.pirotecnica-oleirense.pt) e foi divulgada aos funcionários através de ação de formação realizada em março de 2024.

3.3 – Plano de emergência interno (PEI) / Plano de emergência interno simplificado (PEIS)

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de novo estabelecimento elaborou um PEI /PEIS previamente à entrada em funcionamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador de outro estabelecimento elaborou um PEI /PEIS no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) Os trabalhadores e o pessoal relevante contratado a longo prazo foram consultados pelo operador de estabelecimento de nível superior para efeitos de elaboração e da atualização do PEI?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O PEI /PEIS foi revisto e, se necessário, atualizado pelo menos de 3 em 3 anos?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) O PEI / PEIS foi revisto e, se necessário, atualizado previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
f) O PEI / PEIS foi colocado à disposição da IRA, sempre que solicitado?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: A versão do PEIS datava de 15/02/2024, tendo substituído a versão de 30/10/2023.

3.4 – Exercícios de aplicação dos planos de emergência (PEI / PEIS)

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de estabelecimento de nível inferior realizou exercícios de aplicação do PEIS com periodicidade mínima de dois em dois anos?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador de estabelecimento de nível superior realizou exercícios de aplicação do PEIS com periodicidade mínima de uma vez por ano?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
c) O operador de estabelecimento que integre um grupo de efeito dominó realizou exercícios conjuntos com os restantes operadores com a periodicidade mínima de 3 em 3 anos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) Os exercícios de aplicação dos planos de emergência foram comunicados com uma antecedência mínima de 10 dias?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Observações: O último exercício de aplicação do PEIS foi realizado em 02/01/2024, tendo sido testado o cenário de intrusão de pessoal estranho nas instalações. Não foi evidenciada a comunicação do exercício às entidades regionais competentes (DRAAC, IRA, SRPCBA e câmara municipal).

3.5 – Informação ao público

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador elaborou, divulgou e mantém disponível ao público de forma permanente, nomeadamente por via eletrónica, a informação constante do anexo VI do Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) A informação disponível ao público foi atualizada sempre que necessário, nomeadamente quando tenha ocorrido uma alteração substancial do estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: A informação encontrava-se disponível no site da empresa (última versão de 02/08/2020).

3.6 – Estabelecimentos de efeito dominó

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) No prazo de 30 dias após receber a comunicação de que integra um grupo de efeito dominó, o operador enviou aos demais estabelecimentos integrados no seu grupo a informação mínima obrigatória? <ul style="list-style-type: none">• Descrição das atividades desenvolvidas;• Inventário de substâncias perigosas e informação sobre a sua perigosidade, designadamente as fichas de dados de segurança;• Se for um estabelecimento de nível superior, representação em carta dos cenários de acidentes cujo alcance atinja os estabelecimentos que integram o grupo de efeito dominó.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) O operador teve em consideração a informação que recebeu dos estabelecimentos do grupo de efeito dominó para efeitos de revisão da sua política de prevenção de acidentes graves, do sistema de gestão da segurança, do relatório de segurança, do plano de emergência interno e da informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Observações: ---

3.7 – Zonas de perigosidade

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de novo estabelecimento ou de estabelecimento sujeito a alteração substancial submeteu o respetivo projeto para avaliação de compatibilidade de localização?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
b) No caso de aprovação condicionada do processo, o operador cumpriu as condições impostas pela autoridade ambiental?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
c) O operador apenas iniciou a construção do estabelecimento ou a execução da alteração após a decisão da autoridade ambiental que ateste a compatibilidade de localização do projeto?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador de estabelecimento existente de nível superior enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento no prazo de um ano após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
e) O operador de estabelecimento existente de nível inferior enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento no prazo de dois anos após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
f) O operador de outro estabelecimento enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento até 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
g) O operador enviou uma proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento antes da entrada em funcionamento, no caso de alteração substancial que não implique um aumento dos perigos de acidente grave, de forma a atualizar a informação constante do cadastro, nomeadamente no caso da desativação de instalações?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Observações: A comunicação das distâncias de segurança é efetuada pela PSP, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

4 – Instrumentos de prevenção – nível superior

☒ Não aplicável

4.1 – Relatório de segurança

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de novo estabelecimento de nível superior elaborou e submeteu o relatório de segurança previamente ao início da construção ou de alteração de inventário de substâncias perigosas da qual decorresse que o estabelecimento passasse a ser de nível superior?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador de outro estabelecimento de nível superior elaborou e submeteu o relatório de segurança no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passou a ficar abrangido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança previamente à introdução de uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança periodicamente, de cinco em cinco anos, a contar da data da submissão da informação relativa à última revisão?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança na sequência de um acidente grave no estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f) O operador de estabelecimento de nível superior reviu, atualizou (se necessário) e submeteu a versão atualizada do relatório de segurança por sua iniciativa ou a pedido da autoridade ambiental, justificado por novos factos ou para ter em consideração novos conhecimentos técnicos relativos à segurança?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
g) No caso de ter considerado não ser necessária a atualização do relatório de segurança, na sequência da revisão efetuada, o operador apresentou a fundamentação dessa opção?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h) O operador apenas iniciou a construção do estabelecimento ou a execução da alteração após a aprovação do relatório de segurança?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
i) No caso de aprovação condicionada do relatório de segurança ou das suas atualizações, o operador cumpriu as condições impostas pela autoridade ambiental?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: ---

4.2 – Auditoria ao sistema de gestão da segurança

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador apresentou à autoridade ambiental, até 30 de abril de cada ano, um relatório de auditoria, relativo ao ano anterior, que ateste a conformidade do sistema de gestão de segurança do estabelecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) A auditoria mencionada no ponto anterior foi realizada por verificadores qualificados pela Agência Portuguesa do Ambiente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: ---

4.3 – Informação para elaboração do plano de emergência externo

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de novo estabelecimento de nível superior forneceu a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, previamente à entrada em funcionamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador de outro estabelecimento de nível superior forneceu a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, no prazo de 18 meses a contar da data em que passou a ficar abrangido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador reviu e, se necessário, atualizou a informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) O operador reviu e, se necessário, atualizou a informação necessária para a elaboração do plano de emergência externo por ocasião da revisão do plano?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: ---

5 – Implementação da política de prevenção de acidentes graves

5.1 – Garantia de meios e estruturas adequados

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador de estabelecimento de nível superior garantiu a existência de um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
b) O operador de estabelecimento de nível inferior garantiu a existência de sistemas de gestão adequados para a implementação da política de prevenção de acidentes graves?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador garantiu a existência de meios e estruturas adequadas para estabelecer, implementar, manter e melhorar de forma contínua a implementação da política de prevenção de acidentes graves?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: A implementação da política de prevenção de acidentes graves tem suporte nos seguintes documentos elaborados pelo operador:

- a) Plano de emergência interno simplificado, que tem como objetivos:
- Circunscrever e controlar os incidentes de modo a minimizar os seus efeitos e a limitar os danos na saúde humana, no ambiente e nos bens;
 - Aplicar as medidas necessárias para proteger a saúde humana e o ambiente dos efeitos de acidentes graves;
 - Comunicar as informações necessárias ao público e aos serviços ou autoridades territorialmente competentes relevantes da região;
 - Identificar as medidas para a descontaminação e reabilitação do ambiente, na sequência de um acidente grave.
- b) Procedimento de gestão estratégica e documental, que aborda os seguintes aspetos:
- Definição de tarefas e responsabilidades;
 - Análise interna e externa de riscos e objetivos;
 - Revisão do sistema de gestão;
 - Gestão de modificações;
 - Controlo documental;
 - Comunicação.
- c) Procedimento de medição, análise e melhoria, que aborda os seguintes aspetos:
- Auditorias internas;
 - Tratamento de ocorrências;
 - Tratamento de ações de melhoria;
 - Satisfação dos clientes.

5.2 – Organização e pessoal

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador garantiu a atribuição de funções e responsabilidades ao pessoal envolvido na gestão dos perigos de acidentes graves a todos os níveis da organização, designadamente no que respeita à conceção, implementação e manutenção do SGSPAG?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador assegurou a determinação das competências necessárias das pessoas que trabalham no estabelecimento, bem como a avaliação da competência dessas pessoas com base em escolaridade, formação ou experiência adequadas?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
c) O operador garantiu a consciencialização das pessoas que trabalham no estabelecimento para a prevenção de acidentes graves e para a melhoria contínua do controlo dos perigos de acidente grave?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: Foi discutida a formação inicial ministrada à trabalhadora mais recentemente admitida e verificada a última ação de formação, ministrada aos trabalhadores em 05/06/2024.

5.3 – Identificação e avaliação de riscos de acidentes graves

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador definiu procedimentos para a identificação sistemática dos perigos e a avaliação do risco de acidentes graves, aplicáveis a todas as atividades, incluindo subcontratadas, e fases relevante de funcionamento do estabelecimento (operações de rotina, arranque, paragem, manutenção)?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador definiu metodologias de identificação sistemática dos perigos e de avaliação do risco de acidentes graves, que incluam critérios de graduação e aceitabilidade do risco e a necessidade de identificação de medidas de prevenção e/ou mitigação?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador aplicou os resultados das metodologias mencionadas no ponto anterior, na definição e/ou atualização de objetivos, instruções de trabalho e outros documentos relacionados com a prevenção de acidentes graves?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: Foi verificada a matriz de avaliação de riscos e perigos, atualizada em 15/02/2024.

5.4 – Controlo operacional

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador identificou as atividades relevantes do ponto de vista de segurança e prevenção de acidentes graves, com base em informação atualizada sobre perigos inerentes aos processos, produtos e equipamentos?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador estabeleceu, implementou e mantém procedimentos e instruções de segurança para as atividades identificadas nos termos do ponto anterior, que permitam a sua execução em condições de segurança?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador estabeleceu autorizações de trabalho para as atividades consideradas relevantes, que incluam a avaliação prévia do risco associado, a definição de responsabilidades para a sua emissão, a duração da autorização e as condições de segurança necessárias à realização das atividades?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) O operador estabeleceu, implementou e mantém planos de calibração, ensaio, manutenção e inspeção aos equipamentos e instrumentação críticos do ponto de vista de segurança, os quais devem incluir a gestão do risco associado ao envelhecimento e corrosão?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) O operador assegurou a gestão da informação relativa aos perigos e utilização segura das substâncias perigosas?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: O operador verifica periodicamente os meios e equipamentos relevantes do ponto de vista da segurança, designadamente a vedação e sinalização, o sistema de deteção de intrusão e videovigilância, o para-raios e os meios de combate a incêndios. A informação relevante, nomeadamente o plano de emergência interno, fichas de dados de segurança e instruções para visitantes, encontrava-se disponível no estabelecimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

5.5 – Gestão das modificações

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador implementou procedimentos para a gestão de modificações que possam afetar o controlo do risco de acidente graves?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: ---

5.6 – Planeamento de emergências

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador adotou e implementou procedimentos para identificar situações de emergência previsíveis, de modo a serem integradas no Plano de Emergência Interno?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador adotou e implementou procedimentos par preparar, testar e rever o Plano de Emergência Interno?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O Plano de Emergência Interno foi divulgado junto dos trabalhadores do estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) O operador efetua a avaliação do desempenho na sequência da ocorrência de acidentes ou incidentes e exercícios de aplicação do Plano de Emergência Interno?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: ---

5.7 – Monitorização de desempenho

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador definiu objetivos específicos relevantes para a prevenção de acidentes graves?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) O operador definiu e implementou procedimentos para monitorizar, em intervalos planeados, o desempenho ao nível de segurança para a prevenção de acidentes graves e do desempenho do SGSPAG?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) O operador implementou procedimentos para gerir acidentes (incluindo o reporte obrigatório), incidentes e não conformidades?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: ---

5.8 – Auditoria e revisão

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) O operador implementou procedimentos que assegurem a realização de auditorias internas de forma a determinar se o SGSPAG está em conformidade e é eficazmente implementado e mantido?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Os resultados das auditorias internas são comunicados à gestão relevante e a outros destinatários que sejam considerados pertinentes?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
c) O operador de estabelecimento de nível superior assegurou a realização de auditoria por verificador qualificado pela Agência Portuguesa do Ambiente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
d) O operador assegurou a revisão do SGSPAG, ao nível da gestão de topo, de forma a assegurar que este sistema continua adequado, suficiente e eficaz?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: Foi realizada uma auditoria interna ao estabelecimento no dia 02/01/2024. Na última revisão do sistema, efetuada pela gerência em 07/10/2024, foi decidido proceder à alteração do inventário de substâncias perigosas armazenadas no estabelecimento, para passar de nível inferior para não abrangido. Para concretizar esta decisão foram adotadas duas medidas: Submeter um novo formulário à DRAAC com as novas quantidades de substâncias armazenadas; solicitar à entidade licenciadora (PSP) um averbamento ao alvará n.º 15/2018 para a limitação das quantidades máximas armazenadas.

5.9 – Deveres gerais do operador

Requisito	Sim	Não	Não aplicável
a) Face ao grau de cumprimento dos requisitos elencados nos pontos 5.1 a 5.8. o empregador tomou as medidas necessárias para evitar a ocorrência de acidentes graves e limitar as suas consequências para a saúde humana e o ambiente?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Tendo-lhe sido solicitado no âmbito da inspeção, o operador forneceu à Inspeção Regional do Ambiente as informações e comprovativos sobre a adoção das medidas necessárias para evitar a ocorrência de acidentes graves e limitar as suas consequências para a saúde humana e o ambiente?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações: ---

6 – Irregularidades e aspetos a melhorar

6.1 – Irregularidades

Foi verificada a seguinte irregularidade:

- a) O incumprimento do dever de comunicar os exercícios de aplicação do plano de emergência à Inspeção Regional do Ambiente (entre outras entidades) com uma antecedência mínima de 10 dias, conforme previsto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, constitui contraordenação leve, nos termos da alínea j) do n.º 3 do artigo 41.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2 000 a €36 000.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

6.2 – Recomendações de melhoria

Futuramente deverá comunicar os exercícios de aplicação do plano de emergência interno, com a antecedência mínima de 10 dias, à Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, à Inspeção Regional do Ambiente e à Câmara Municipal da Ribeira Grande.

7 – Medidas adotadas

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório à DRAAC para conhecimento.

Ponta Delgada, 27 de novembro de 2024